

# Lazer, tempo e espaço: o Jardim Botânico de Porto Alegre, RS

Susana GASTAL<sup>1</sup>  
Aline V. Fagundes DA SILVA<sup>2</sup>

**Resumo:** A urbanização do Planeta e os crescentes índices populacionais das cidades trazem consigo a maior procura por lazer, sendo os parques, como os Jardins Botânicos, uma das áreas demandadas. Nesses termos, o presente artigo<sup>3</sup> tem por objetivo ampliar a análise de resultados de pesquisas sobre o frequentador do Jardim Botânico de Porto Alegre (JBPOA), realizadas em 2006 e 2012, que buscaram dados de perfil e expectativas de uso em relação à área. A ampliação da análise se dará considerando o proposto por Rodrigues (2006) que, a partir da geografia, diferencia o lazer conforme usufruído no lugar (lazer doméstico e do cotidiano), no território (lazer peri-urbano) ou no espaço (espaços turísticos aureolares), mas também considerando que o tempo de não-trabalho pode estar associado, prioritariamente, ao consumo produtivo do ócio. Os resultados indicam que o lazer no JBPOA enquadra-se tanto no lazer no lugar, por atender moradores das suas adjacências, como no lazer peri-urbano, mas nesse caso invertendo-se a lógica centro-periferia, pois os fluxos se dão na contramão do analisado por Rodrigues.

**Palavras-chave:** Turismo. Lazer. Tempo. Espaço. Jardim Botânico de Porto Alegre, RS.

## Introdução

Para análise proposta no âmbito deste, parte-se de um cenário contemporâneo que considera a expansão do fenômeno urbano, assim como a facilitação e generalização dos deslocamentos dentro da cidade e entre as mesmas (Gastal, 2006), não só com fins de exercício profissional, mas também para desfrute do lazer. A redução da presença da Natureza no interior das metrópoles transforma praças e parques, incluídos os Jardins Botânicos, em espaços especializados para desfrute de um lazer qualificado, tanto para moradores como para visitantes.

O Botanic Gardens Conservation International (BGCI, 2010) estima em 200 milhões o número anual de visitantes nos parques botânicos. Em termos de turismo, tal demanda leva a que a literatura passe a discorrer sobre o que tem sido denominado como turismo de jardins [*garden tourism* ou *garden visiting*]. (De Angelis & De Angelis Neto, 1998; Silva, 2013; Brum & Santiago, 2011). Apesar da grandeza dos números envolvidos, em termos de turismo tratar-se-ia de um segmento ainda embrionário, mas em crescimento desde a década de 1990, especialmente na Grã-Bretanha e em Portugal. Outros países onde os parques aparecem como atrativos turísticos são a Nova Zelândia, com seus 14 parques nacionais<sup>4</sup>, e a

---

<sup>1</sup> Doutor. Professor, pesquisador e orientador do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade, Universidade de Caxias do Sul. Bolsista Produtividade CNPq. Email: susanagastal@gmail.com.

<sup>2</sup> Mestranda Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade, bacharel em Design Gráfico, ambos pela Universidade de Caxias do Sul. Email: aline.efe@gmail.com

<sup>3</sup> Esse artigo insere-se no contexto das pesquisas “A Cidade e o Urbano em Discursos e Práticas: Animação, Hospitalidade e Turismo. Porto, Portugal, como estudo de caso” e de seu subprojeto “Educação Patrimonial e a Prática Turística Qualificada: O Jardim Botânico de Porto Alegre, RS”, ambos com apoio CNPq.

<sup>4</sup> Ver <<http://www.portaloceania.com/nz-tourism-nationalparks-port.htm>>, acesso em 20 de MAR 2015.

África do Sul, onde há dez jardins botânicos espalhados pelo país<sup>5</sup>, que receberiam 1,5 milhões de visitantes/ano.

Assim, o presente artigo tem por meta contribuir com a discussão acadêmica sobre turismo e jardins e, por objetivo, ampliar a análise de resultados de pesquisas de nível exploratório, realizadas em 2006 e 2012, sobre o frequentador do Jardim Botânico de Porto Alegre (JBPOA). Tal investigação buscou dados sobre perfil e expectativas de uso em relação à área, utilizando para tal questionário com questões fechadas e abertas, com amostra aleatória e por exaustão. A ampliação da análise se dará considerando o proposto por Rodrigues (2006) que, a partir da Geografia, diferencia o lazer conforme usufruído no lugar (lazer doméstico e do cotidiano), no território (lazer peri-urbano) ou no espaço (espaços turísticos aureolares), mas também considerando que o tempo de não-trabalho pode estar associado, prioritariamente, ao consumo produtivo do ócio e não ao livre exercício desse tempo livre.

Caride Gomes (2012) encaminha questão semelhante, opondo ao tempo de não-trabalho, o que denomina de *tempo de contra-trabalho*, como aquele pautado pela liberdade de escolha e pelo exercício não consumista. A pesquisa e análise dos dados associam-se ao proposto pelo Botanic Gardens Conservation International, que defende a realização de 'pesquisas de audiência', para que essas, além de alimentar com dados a fidelização e ampliação do número de frequentadores, embasem projetos e ações educativas e, acrescente-se, de oferta de lazer, mesmo que este não seja o objetivo primeiro dos Botânicos.

Historicamente, embora a presença dos jardins nas cidades reporte à Antiguidade (com os Jardins da Babilônia, por exemplo), sua abertura ao público se daria apenas a partir do século XVII, quando os ingleses criaram o que Choay (1999) denomina como *jardins de divertimento*. Nestes, além da relação com a natureza baseada no contemplativo, mais propriamente, incorporaram-se equipamentos que permitissem o lazer ativo. Incluem-se neste caso o Hyde Park, criado em Londres em 1635, e o Convent Garden, na mesma cidade, em 1680. No mesmo século, os franceses criam Versailles, que então era um parque fechado ao público, mas que hoje recebe seis milhões de visitantes ao ano. Será apenas no século XIX que se consagraram os grandes espaços verdes público como St. James e Regent's Park, na Inglaterra; o Tiergarten, na Alemanha; o Tivoli, na Escandinávia. No Brasil, na atualidade, são destaque, entre outros, o Sítio Burle Marx e o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, que

---

<sup>5</sup> The ten national botanical gardens - Free State, Hantam, Harold Porter, Karoo Desert, Kirstenbosch, Kwelera, Lowveld, KwaZulu-Natal, Pretoria and Walter Sisulu National Botanical Gardens - are located in seven of South Africa's nine provinces. South Africa's national botanical gardens have, since their establishment at different times during the 20th and 21st century, focused on growing and conserving South Africa's indigenous plants. Together they conserve over 7,400 ha of natural vegetation and associated biodiversity within their boundaries. Combined, South Africa's national botanical gardens receive nearly 1.5 million visitors per annum, with Kirstenbosch, considered one of the world's 'Magnificent Seven' botanical gardens, receiving over 820,000 visitors per annum. Disponível em <http://www.sanbi.org/gardens>. Outras informações em <http://www.africa-turismo.com/africa-do-sul/parques.htm>, ambos acessados em 20 de MAR de 2015.

recebeu, em 2013, um total de 813.920 visitantes, entre cariocas e turistas<sup>6</sup>, e o Jardim Botânico de Porto Alegre que, embora com números mais modestos, teve 67.462 visitantes em 2014<sup>7</sup>.

Os Botânicos, além de parques em geral abertos ao público, são prioritariamente espaços de produção de ciência e de preservação de espécies da flora. Como o Jardim Botânico de Porto Alegre se apresenta, em sua página *online*<sup>8</sup>, por tais entendem-se “áreas protegidas, constituídas, no seu todo ou em parte, por coleções de plantas vivas cientificamente reconhecidas, organizadas, documentadas e identificadas, com a finalidade de estudo, pesquisa e documentação da flora regional, acessível ao público, servindo à educação, à cultura, ao lazer e à conservação do meio ambiente”. Isso leva a que instituição do Rio Grande do Sul coloque como sua missão institucional o realizar “a conservação integrada da flora nativa e dos ecossistemas regionais, consolidando-se como centro de referência em educação, pesquisa, cultura e lazer, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida”.<sup>9</sup> Demandados para o lazer, não raro há conflitos de interesse no uso desses parques, entre o corpo técnico e os visitantes, que as instituições botânicas procuram minimizar com ações educativas e de interpretação patrimonial.

### **Lazer no espaço e no tempo**

Inicia-se retomando Rodrigues (2006) e os aportes apresentados por ela em artigo que discute o turismo e o lazer no espaço urbano, propondo sinalizar marcos teórico-referenciais a serem considerados na análise das duas atividades, sob o ponto de vista geográfico. Destaca os conceitos de <lugar>, <território> e <espaço>, entendendo pelo primeiro o espaço “evado de significados e valores inseparáveis da experiência daqueles que o habitam” (p.24). Território e territorialidade colocar-se-iam para além da instância jurídica, pois da ação “articulada dos diversos segmentos que compõem a comunidade emerge a consciência territorial, levando em consideração o princípio da autonomia e da liberdade”. (p.28), de tal forma que modelariam projetos de vida, ditariam práticas espaciais, convergiriam para a consciência solidária, por funcionarem na antítese do individualismo e da alienação e por mobilizarem sentimentos de pertencimento. O espaço, por sua vez, em especial os apropriados pelo turismo, se constituiria na lógica do simbólico permeado por imaginários e imagens construídos pelo marketing de lugares.

Rodrigues (2006) associa ao lugar, a fruição do tempo livre no âmbito doméstico ou em lugares acessados no cotidiano imediato, como o bairro, por exemplo. A seguir, apresenta o que denomina como território de lazer peri-urbano como “compreendendo espaços aureolares em torno das metrópoles onde se desenvolvem atividades de lazer e de turismo” (p.31), onde se dariam as festas comunitárias, mas também estariam clubes, restaurantes campestres, praias... Conclui com os espaços turísticos aureolares, localizados

---

<sup>6</sup> Disponível em <http://brj.gov.br/visitacao/horarioingresso#>. Acesso em 13 JAN 2015.

<sup>7</sup> Dados fornecidos aos autores pelo setor de Educação Ambiental do JBPOA, em correspondência eletrônica.

<sup>8</sup> Localizado em <http://www.fzb.rs.gov.br/jardimbotanico/>, acesso em 24 MAI 2012.

<sup>9</sup> Idem.

em zonas metropolitanas, alcançados por deslocamentos em carros, ônibus, trens metropolitanos ou motos. Entretanto, aos lugares e territórios onde se exerceriam formas espontâneas de lazer, a geógrafa antepõe os “espaços normatizados de lazer” (p.25), como os parques temáticos, que se dão quando “o trabalho e o consumo são alienados [e] é difícil evitar-se que o lazer não o seja” (idem).

Há que considerar-se que o parque temático funciona também como espaço de produção e de consumo. A formatação das mercadorias produzidas e consumidas instantaneamente no parque, durante o tempo de lazer [...] emprestam ao parque temático a conotação de um lugar produtivo, de natureza híbrida, [...] que tem a função de gerar novos consumos [...]. (Rodrigues, 2006, p. 26).

Para a geógrafa, tal ampliação das esferas espaciais de lazer e de turismo urbano para além das cidades, estão associadas ao crescimento das urbes nos países centrais e mesmo nas regiões ricas nos países periféricos, levando a um adensamento da população nas mesmas. Junte-se a isso o envelhecimento da população e os progressos científicos, técnicos e informacionais que levam a novas relações de trabalho, sendo modificados “aspectos espaço temporais ligados à produção, circulação, distribuição e consumo de bens materiais e também imateriais, estes permeados por valores simbólicos.” (p.23). Estes se antepõem ao que Tuan (1983) apresenta como ‘mundo vivido’, ou seja, aquele “eivado de significados e valores inseparáveis da experiência daqueles que os habitam.” (Rodrigues, 2006, p.24). Sendo o *lugar* moldado pela experiência humana, é necessário “buscar nexos entre o passado e o presente através dos ritmos espaço-temporais da vida humana, considerando que ‘o tempo é sempre algum lugar e o lugar é sempre algum tempo’.” (p.24). Nessa discussão, a noção de tempo torna-se “fundamental não só para entender a organização espacial (formas) que se transformarão durante o processo histórico, mas também as ações que, de maneira distinta, evoluem com o tempo, produzindo novas relações que se expressam através de novos objetos, e assim sucessivamente.” (p.24).

José Antonio Caride Gomes (2012) é outro que discute a questão do lazer associada ao tempo. Segundo ele, abandona-se o tempo visto como absoluto, linear e objetivo, em prol de um tempo de tempos. Lembra Castells (1999), para quem a sociedade contemporânea seria atemporal: temos conhecimentos de qualquer coisa ou fato sem estarmos presentes no local: “Até a invenção do telégrafo, a sociedade tinha conhecimento do que estava no seu entorno e no seu cotidiano. Hoje, não só a ruptura entre o dia e a noite desaparece, como há uma sociedade aberta 24 horas. Para os jovens a noite é o tempo da reivindicação e da liberdade.”<sup>10</sup>

O tempo também está associado à política e ao poder: “Aqueles que têm poder, têm poder sobre o tempo: o tempo da obrigação, o tempo do sono, o tempo da alimentação, o tempo do deslocamento. Há um *contra-tempo* aos ritmos das sociedades familiares: os

---

<sup>10</sup> Dr. José Antonio Caride Gomes foi entrevistado pela autora 04.02.2013, em sua sala na Universidade de Santiago de Compostela e são aqui apresentadas em livre transcrição, a partir de anotações em caderno de campo, e complementadas com artigos do autor.

tempos que devem ser livres. Tempo para mim mesmo, onde exercitamos nossa capacidade de decidir, de liberdade. E como toda situação, precisa ser aprendida.”<sup>11</sup> O mesmo pensador ainda acrescenta:

[...] la supuesta objetividad de los tiempos del reloj mecánico, de los horarios y calendarios, que parecen ordenar de forma ‘natural’ nuestras sincronías en el tiempo, ‘esconden en realidad siglos de debate ideológico y conflicto político’ [...], producto de posicionamientos subjetivos, reveladores del poder ejercido por las religiones, los Estados y los sistemas productivos. A su influencia debemos la división ‘orgánica’ y ‘dinámica’ de nuestro quehacer social en distintos ciclos temporales (diario, semanal, anual, vital), moldeados y labrados históricamente, adaptados y adoptados universalmente a pesar de sus incoherencias (Caride, 2012, p. 303).

Caride Gomes questiona como sendo paradoxal que, mesmo na atualidade, o sistema educacional continue priorizando formar apenas para o trabalho, quando o desemprego se coloca como uma realidade com a qual se defrontam muitas comunidades; os aposentados, por sua vez, têm tempo ao seu dispor e muitas vezes não sabem o que fazer ou como aproveitar o tempo para melhorarem como pessoa, aproveitando oportunidades artísticas e culturais ofertadas nas cidades, em muitos casos de livre acesso.

Ou não tão livres, segundo Rodrigues (2006), pois seriam espaços para exercícios do lazer nem sempre nascidos da vontade dos cidadãos, mas distribuídos na cidade segundo interesses econômicos e políticos. Isso tornaria as pessoas, de certa forma, reféns dos “espaços normatizados de lazer” (p.25), como os já citados parques temáticos. A geografa nos explica que onde predominam os processos alienados e alienantes de produção, tenderíamos a nos defrontar com um consumo de tempo de não-trabalho também alienado. Diz mais, a autora, que pessoas estressadas pelas realidades urbanas e profissionais com que convivem, seriam incapazes de relaxar, o que as leva a buscar o lazer violento e frenético. Para Milton Santos (1987, p.13), em lugar “do cidadão, formou-se um consumidor, que aceita ser chamado de usuário”, o que nos leva a considerar que lazer e exercício pleno de cidadania não podem ser separados.

Nos encaminhamentos de Adyr Rodrigues, a alienação leva ao consumo *produtivo* do tempo de ócio, pois o objetivo é o de tornar produtivo também o tempo posterior a jornada de trabalho. O turismo desempenharia “a mesma função com respeito aos descansos semanais ou anuais”. (p.26). Apenas as práticas de lazer e turismo geridas pela autonomia e liberdade modelariam projetos de vida, individuais e coletivos, que convirjam para uma sociabilidade solidária, pois remeteriam “à conscientização espacial pautada por normas éticas universais, funcionando como antítese ao individualismo e à alienação” (p.28), levando a que espaços de lazer promovam encontros, se tiverem a “potencialidade de reforçar a idéia de territorialidade, no sentido de pertencimento.” (p.28).

---

<sup>11</sup> Idem nota anterior.

## O Jardim Botânico de Porto Alegre

Embora carregue o nome da cidade, o Jardim Botânico de Porto Alegre (JBPOA) é um equipamento público sob a gestão estadual. Há outros três no Estado do Rio Grande do Sul, nas cidades de Santa Maria, Lajeado e Caxias do Sul, mas todos administrados pelas municipalidades ou por instituições universitárias. Independente do tipo de gerenciamento, abrigar um botânico – assim como possuir uma orquestra sinfônica – é um diferencial importante para uma cidade.

O JBPOA, com uma área de 39 hectares, possui mais de oito mil exemplares, representando 650 espécies da flora nativa do Estado. De acordo com a Fundação Zoobotânica (FZB, 2009), que administra o espaço, no mesmo se realiza um importante trabalho de pesquisa e preservação das coleções científicas, além de manter um trabalho paisagístico visualmente agradável, valorizando cada espécie distribuída dentro de seus limites. O parque foi criado em 1953, pela Lei Nº 2.136, inicialmente com 81,5 hectares. A mesma lei designava que pelo menos 50 hectares do total da área deveriam ser destinados para a criação de um parque de recreio ou de um jardim botânico. Mas, apenas em 1958 o JBPOA foi aberto ao público. Passados quase 60 anos, além da sua importância científica, o Botânico é considerado pela autoridade municipal como um dos importantes equipamentos turísticos da cidade, e citado em guias como *Brasil: Guia de Cidades* (2012), que afirma que ele “mantém diversos exemplares da flora sul-rio-grandense. Os caminhos para passeios e a área para piqueniques atraem muitas famílias.” (p.269).

Por outro lado, na carência de áreas verdes, os botânicos também se apresentam como áreas onde moradores e turista buscam uma maior aproximação com a natureza e um lazer qualificado. Em muitos casos, em especial no Brasil, por carência de pessoal especializado ou mesmo por falta de uma percepção para tal por parte de seus gestores, relega-se à espontaneidade a relação dos visitantes com a área, que deve ter respeitada sua função de preservação da flora. Políticas e práticas de interpretação patrimonial e de animação sociocultural poderiam contribuir, também no que se refere à educação e ao lazer, para uma maior qualificação desses espaços na sua relação com visitantes. A pesquisa aplicada no local, em 2012<sup>12</sup>, com questionário com perguntas abertas e fechadas, e que teve por objetivo atualizar dados de pesquisa idêntica, realizada em 2006, que avaliou o perfil sociocultural e a percepção do frequentador do Jardim Botânico sobre o mesmo<sup>13</sup>, mostra dados que aprofundam essa questão.

Como colocado por Bediaga (2007), nem sempre é fácil aos visitantes perceber espontaneamente que, por trás da ordenação de plantas, existe toda uma pesquisa científica, pois estes tendem a se relacionar com o jardim botânico de maneira afetiva, repleta de reminiscências pessoais, ou seja, transformam o espaço em um *lugar*. Há, no caso

---

<sup>12</sup> “O frequentador do Jardim Botânico de Porto Alegre”, 2012, coordenada pelos autores deste artigo, contou com a participação dos mestrandos Andrea Silveira Pessoa (UCS), Bruno Nunes Batista (UFRGS) e Paola Pereira (UFRGS), dentro do projeto “Educação Patrimonial e a Prática Turística Qualificada: O Jardim Botânico de Porto Alegre, RS”, que conta com apoio do CNPq.

<sup>13</sup> A pesquisa também foi utilizada para alimentar com dados preliminares a pesquisa, como registrado na nota anterior.

de Porto Alegre, a ideia muito forte que o apresenta como uma “reserva natural no meio da cidade”; “um lugar reservado no meio da natureza”; “parque para contato com a natureza”; “um oásis no meio da cidade” que permitiria “uma fuga do cotidiano” e o “contato com a natureza”, como declararam aos pesquisadores. Esse oásis e local de fuga do cotidiano, marcar-se-ia pela “tranquilidade”, “ar puro”, “centro de natureza, lugar de descanso”, sendo um “lugar bonito, de beleza natural, com paz, tranquilidade”, permitindo “relaxar” ou mesmo “relaxar, tomar chimarrão”.

“Parque legal”, permitiria um “local para ver a natureza na região metropolitana” e um “espaço bonito, que possibilita contato com a natureza, difícil na cidade”. Assim, coloca-se também como um “espaço de lazer e estudo”, um “lugar lindo para fotografar”, favorecendo “questão de saúde e contato com a Natureza”, mas sem esquecer que “além de local de lazer é um centro de pesquisa”, com a vantagem de ter “acesso gratuito, com custo baixo e boas instalações.” Convém reforçar que são afirmações que reforçam o proposto por Rodrigues e Caride Gomes, sobre o lazer como associado ao *lugar* e ao *território* e ao exercício livre, por não produtivo, do tempo livre.

Os mesmos frequentadores, questionados sobre sua percepção em relação ao que seria um jardim botânico, deram respostas, tanto em 2006 como em 2012, que atestam vir de um público que tem consciência do perfil científico, de pesquisa e preservação, da área. Entre outras, os visitantes afirmaram: “Onde tem todas as amostras vegetais; berçário e manutenção, banco de vegetais”; “resenha de biodiversidade”; “reunião de espécies de vegetação”; “coleção de plantas mais diversificadas”; “local de exposição e conservação de espécies diferentes”; “preservação da natureza, fauna. O que é preciso para as gerações vindouras”; e, nesses termos, “um lugar para explorar”.

O perfil corrobora tratar-se de um público com alta escolaridade, na sua maioria (54%) com curso superior completo ou em desenvolvimento. Há apenas 9% sem o ensino médio completo, já que 24% concluíram o segundo grau. Em 2006 o índice para terceiro grau era ainda mais elevado, então em 57.3% e com 42,6% com ensino médio completo, ou seja, a amostra incluía, em 100%, tais segmentos educativos. Como tendência de uma pesquisa para outra, a relativa queda na escolaridade não pode ser vista como ponto negativo, mas como indicativo de que houve uma maior abrangência de visitantes em termos de escolaridade, o que é muito positivo. A eletização de um parque público, pode significar políticas públicas equivocadas.

A renda também se apresenta elevada, pois 52% ganham até seis salários mínimos e 24% mais de dez salários, ficando apenas 6% sem renda, neste número devendo ser considerado o grande número de estudantes. Em 2006, 72,1% ficavam na faixa até seis salários e apenas 8.1% declararam receber mais de 10 salários. A faixa intermediária, entre sete e dez salário se manteve estável: 12% agora e 14.7% na pesquisa anterior. Como tendência, observa-se avanço na renda, mesmo com a diversificação e certo rebaixamento da escolaridade. No que se refere à ocupação, predominam empregados do setor privado (29%) e do setor público (24%), estudantes (24%), mas também há empregadores (17%). Em 2006 havia 50.7% entre empregados públicos e privados e 8.1% de empregadores, sendo

18% os estudantes. Significa dizer que reduziu o número de empregados e ampliou o de empregadores e de estudantes, o que vem em acordo com outras pesquisas que mostram o avanço da renda e da presença no sistema escolar, do brasileiro.

A diferenciação desse público também aparece quando a questão refere às atividades preferidas<sup>14</sup> para usufruto de tempo livre. Trata-se de um público que gosta de programas culturais como cinema (12%) e leitura (10%), de atividades em parques (19%) e caminhadas (14%), e que assiste televisão (19%) ou joga *games* (19%) como opção de lazer. Mas, a internet (19%) também aparece como atividade de lazer.

A frequência majoritária (71%) envolve o morador da própria cidade, embora sejam apenas 7% os residentes no entorno do parque. Mas, não se pode desconsiderar a origem em outras sete cidades do Estado, a metade localizada na região metropolitana de Porto Alegre. A presença de turistas vindos de fora do Estado e de visitante estrangeiro foi discreta. A pesquisa de 2006 encontrou índice ainda maior de porto-alegrenses (86.6%) e menor entre os de fora da cidade (11.4%) e, da mesma maneira, de um único estrangeiro. Como tendência observa-se o crescimento da abrangência geográfica do parque, talvez pelo aumento da renda, permitindo o deslocamento intermunicipal.

Em termos de frequência das visitas, um número significativo (20%) da amostra, visitava o local pela primeira vez. A maioria (34%) declarou visitas anuais, mas um número também significativo (27%), não soube precisar, declarando outras periodicidades. É muito pequeno o número de frequentadores rotineiros, mensais, semanais ou diários. Em 2006, os de primeira visita eram em número menor (11.4%) e as visitas anuais se mantiveram aproximadas nas duas pesquisas, então com 40.9%. Entretanto, os visitantes frequentes (semanais e mensais) eram em maior número: 42.5%. Como tendência, parece não haver a fidelização dos frequentadores, mesmo daqueles que residam no próprio bairro. É importante acrescentar a este o item informação sobre a área. A maioria dos entrevistados (71%) declarou não receber informações sobre o Jardim Botânico, regularmente. Mas, para o público frequentador, a principal fonte de informação é “outro” (79%), seguindo-se o jornal (29%), a Internet (21%) e a televisão (14%). Esse item não foi avaliado em 2006.

A principal motivação desse público para a visita é o lazer, seguida pela busca de um maior contato com a Natureza. Educação, no sentido de aprendizagem, e interesse botânico, não superou os 10%. Em relação a 2006, há maior diversificação, pois então, 90,1% declararam o lazer como motivo da visita. A busca por contato com a natureza era menor (4.9), assim como o interesse educacional (1.6%). Também se observou a busca por um lazer ativo e qualificado. No domingo e no sábado, chamou a atenção dos pesquisadores o grande número de pessoas fotografando, não raro com equipamentos sofisticados.

## **Encaminhamentos (provisórios)**

Os resultados até aqui apresentados, indicam a presença no Jardim Botânico de Porto Alegre de um público diferenciado, com poder aquisitivo e nível de instrução. Como propõe

---

<sup>14</sup> Tratava-se, aqui, de uma pergunta aberta, com respostas múltiplas.

a literatura, é importante ampliar esse público, pois pouco mais de 67 mil visitantes ainda representaria uma frequência módica, em especial no que se refere a sustentação econômica do referido parque.

Pondo em discussão a teorização de Rodrigues (2006) e Caride Gomes (2012), embora os frequentadores falem da área com entusiasmo, ele se coloca como inserido no lazer doméstico ou cotidiano – aquele realizado em casa ou no próprio bairro –, apenas para um pequeno número de residentes no seu entorno, mesmo assim, com baixa frequência de visitas. Entretanto, é possível ver ali as territorialidades destacadas por Rodrigues, pois parece haver entre os frequentadores, forte presença do sentimento de pertencimento.

Haveria, também, o que Rodrigues (206) apresenta como lazer peri-urbano, mas talvez colocado num sentido inverso. Explique-se: por se tratar de um equipamento urbano inserido no centro da cidade, este parece funcionar como atrativo de lazer para moradores nas cidades da região metropolitana. Inverte-se a lógica, e o deslocamento para prática do lazer se dá da periferia, e não para ela. Analisando a partir da variável tempo, mesmo que haja uma taxa de ingresso módica<sup>15</sup>, pode-se considerar a visita e práticas de lazer no local como uma atividade não inserida na lógica do consumo do tempo livre. Desonerado do ‘consumo produtivo’ do tempo de ócio, o entusiasmo com a área poderia se justificar como inserido no que Caride Gomes (2012) trata como ‘contra-tempo’ de lazer, ou seja, aquele do tempo livre não produtivo. Destaque-se, assim, a importância da presença de políticas e de espaços públicos para qualificação da prática do lazer.

Acreditamos que a discussão aqui desenvolvida, embora em termos ainda provisórios, mostra a importância de abordar o lazer a partir de outros olhares, como o presente caso do espaço e do tempo como mediadores de reflexão. Não previsto no corpo teórico inaugural, mas como questão que emerge dos dados coletados, podemos também aprofundar a não rotinização da visita de moradores da cidade, ao Jardim Botânico. As respostas à pergunta sobre a frequência das visitas, apresentaram alto índice de “primeira vez” ou de algo vago como “anualmente”. Sugere-se, aqui, que esse visitante seria, então, o cidadão turista. Gastal e Moesch (2007) aplicam tal tratamento para aquele morador da cidade que, saindo de suas rotinas espaciais e temporais, se submete ao mesmo estranhamento que marcaria o olhar do turista.

Na contemporaneidade, frente às questões colocadas pela economia e pela cultura da globalização, teóricos como os associados à Pedagogia Social buscam a “práxis sócio-educativa numa perspectiva de ‘cidadania social’” (Baptista, 2008, p.7) para enfrentar a fragmentação, incertezas e vulnerabilidades, mas, muito especialmente, a(s) mobilidade(s) do momento atual; eles defendem que a preparação dos sujeitos que farão o século XXI transborde a escola e abranja outros espaços e experiências da sociedade, incluindo aí, inclusive, as viagens e o lazer. Essa perspectiva alimentou a pesquisa que investiga a possibilidade de que jardins botânicos sejam um destes espaços, para além de suas funções precípuas, quais sejam, a científica, a educacional, a social, a estética, a histórica e a

---

<sup>15</sup> Na presente data, maio de 2015, no valor de R\$ 5, com 50% de desconto para crianças e idosos. Disponível em <http://www.jb.fzb.rs.gov.br/conteudo/1976/?Visita%C3%A7%C3%A3o>, acesso em 9 MAI 2015.

ecológica, dentre outras que poderiam ser listadas; que eles venham a ser um espaço de construção de pertencimento, que leve a uma cidadania ativa, não só local, mas planetária, no sentido proposto por Morin (2012), de cuidados com o Planeta.

Por fim, também podemos nos associar a Franklin e Crang (2001), quando destacam o 'cotidiano extraordinário', para explicar que o turismo transformou a maneira como percebemos o mundo a nossa volta; independentemente de onde estejamos ou das atividades por nós exercitadas, "esse turismo da vida cotidiana deve ser visto como uma expansão da *flânerie*" (p.8). Ou seja, a sensibilidade, hábitos e consumos do cotidiano estão muito aproximados, daqueles realizados quando em viagem. E portanto, não estamos turistas mas, antes, somos turistas, muito especialmente nos momentos de conra-trabalho.

## Referências

- Baptista, I (2008). Hospitalidade e eleição intersubjectiva: sobre o espírito que guarda os lugares. *Revista Hospitalidade*. Ano V (2), pp. 5-20.
- Bediaga, B. (2007). Conciliar o útil ao agradável e fazer ciência: Jardim Botânico do Rio de Janeiro – 1808 a 1860. *História, Ciência e Saúde*. V14 (4) .
- BGCI – Botanic Garden Conservation International (2010). Disponível em <http://www.bgci.org> acesso em 20 JAN 2014.
- Brasil: Guia de cidades 2012*. (2012). São Paulo: Empresa Brasileira de Com. e Produções.
- Brum, P. & Santiago, J. (2011). Os jardins históricos de macau proposta de um itinerário turístico. Dissertação Mestrado Arquitectura Paisagista. Instituto Técnico de Lisboa.
- Cardide Gomes, J.A. (2012). Lo que el tempo educa: el ócio como construcción pedagógica y social. *Arbor, ciência, pensamiento e cultura*. V. março-abril, pp. 188-754.
- Castells, M. (1999). *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra.
- Choay, F. (1999). A natureza urbanizada, a invenção dos 'espaços verdes'. *Proj. História* (18), São Paulo.
- De Angelis, B.L.D. & De Angelis Neto, G. (1998). Paisagem, turismo e planejamento urbano Paisagem, turismo e planejamento urbano. *Acta Scientiarum* 20(4), pp.537-543.
- Franklin, A. & Crang, M. (2005). The trouble with tourism and travel theory? *Tourist Studies*, V. 1(1), pp. 5-22.
- FZB - Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul. (2009). *Jardim Botânico de Porto Alegre: 50 anos conservando a flora gaúcha*. Porto Alegre: FZB.
- Gastal, S. (2006). *Alegorias urbanas - o passado como subterfúgio*. Campinas, SP: Papius.
- Gastal, S. & Moesch, M.M. (2007). *Turismo, políticas públicas e cidadania*. São Paulo: Aleph.
- Morin, E. (2012). *Cabeça bem-feita*. Reformar a reforma, repensar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Rodrigues, A.B (2006) Espaços de turismo e lazer urbano – Uma leitura geográfica. *Aportes y Transferencias*, Ano 10, V. 1., pp 22-34.
- Santos, M. (1987). *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel

Silva, S.M.P. & Carvalho, P. (2013) Os jardins históricos: da dimensão patrimonial ao seu potencial turístico. *Turismo & Sociedade*, V. 6(3), pp.605-625.

Tuan, Y-F. (1983) *Espaço e lugar*. São Paulo: Difel.